



MUNICÍPIO DE BARRANCOS ■ 2012



ORÇAMENTO
DOCUMENTOS PREVISIONAIS
2012

MUNICÍPIO DE
BARRANCOS
CÂMARA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE BARRANCOS / CÂMARA MUNICIPAL DE BARRANCOS



FICHA TÉCNICA:

Propriedade: Município de Barrancos

Equipa Técnica: Divisão Administrativa e Financeira; Divisão de Obras e Serviços Urbanos; Divisão de Acção Sociocultural e Gabinete de Apoio à Presidência.

Título: Orçamento 2012 – Documentos Previsionais 2012 – Município de Barrancos

Data: Dezembro de 2011

Deliberações de Aprovação:

DEL N.º 171/CM/2011, em 14/12/2011

DEL N.º 011/AM/2011, em 20/12/2011

© MUNICÍPIO DE BARRANCOS

Câmara Municipal de Barrancos

Praça do Município, 2

7230-030 BARRANCOS

■ Telef. +351 285 950 630 ■ Fax: +351 285 950 638 ■ email: geral@cm-barrancos.pt

www.cm-barrancos.pt



Índice

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NACIONAL	5
1. ASPECTOS GERAIS	6
2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO	8
2.1 Programas de Intervenção Municipal (<i>PIM</i>)	11
2.1.1. Programa Social	11
2.1.1.1. Programa de Intervenção Municipal Educação	12
2.1.1.2. Programa de Intervenção Municipal Saúde	13
2.1.1.3. Programa de Intervenção Municipal Acção Social	13
2.1.1.4. Programa de Intervenção Municipal Serviços Colectivos	14
2.1.1.5. Programa de Intervenção Municipal Serviços Culturais	16
2.1.2. Programa Económico	17
2.1.2.1. Programa de Intervenção Municipal Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca ...	18
2.1.2.2. Programa de Intervenção Municipal Industria e Energia	18
2.1.2.3. Programa de Intervenção Municipal Transportes e Comunicações	19
2.1.2.4. Programa de Intervenção Municipal Turismo e Comércio	19
3. ORÇAMENTO DA DESPESA	21
4. ORÇAMENTO DA RECEITA	23
5. CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO À DATA DO 3.º TRIMESTRE DE 2011	27

ANEXOS

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------------|
| ■ Grandes Opções do Plano | ■ Resumo da Despesa por Classif. Económica |
| ■ Plano Plurianual de Investimentos | ■ Resumo da Despesa por Classif. Orgânica |
| ■ Actividades Mais Relevantes | ■ Mapa de Empréstimos |
| ■ Orçamento da Receita | ■ Mapa de Pessoal 2012 |
| ■ Orçamento da Despesa | ■ QUAR 2012 |
| ■ Resumo do Orçamento | ■ Tabela de Preços 2012 |
| ■ Resumo do Orçamento por Capítulos | ■ Tabela de Taxas 2012 |



Índice de Quadros

Quadro 1 – Grandes Opções do Plano (PPI+AMR) ■ 2012	8
Quadro 2 – Variação nas Grandes Opções do Plano ■ 2010-2012	10
Quadro 3 – Variação das Grandes Opções do Plano ■ 2010-2012	10
Quadro 4 – Plano Social – Programas de Intervenção Municipal ■ 2010-2012	11
Quadro 5 – Plano Económico – Programas de Intervenção Municipal ■ 2010-2012	17
Quadro 6 – Orçamento da Despesa ■ 2010-2012	21
Quadro 7 – Orçamento da Receita ■ 2010-2012	23
Quadro 8 – Transferências do OE para o Município de Barrancos ■ 2010-2012	25

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição por ano e funções - Grandes Opções do Plano.....	9
Gráfico 2 - Distribuição por funções - Grandes Opções do Plano	9
Gráfico 3 – Evolução Planos Social & Económico ■ 2010-2012	11
Gráfico 4 – Distribuição da Despesa por Ano ■ 2010-2012	22
Gráfico 5 – Distribuição da Receita ■ 2010-2012	24
Gráfico 6 – Evolução das Transferências do Estado para o Município de Barrancos ■ 2010-2012.....	24



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NACIONAL

Em 2010 a situação do País começou a evidenciar a necessidade de mudança de rumo. Não podemos continuar a gastar aquilo que não temos. No entanto, por mais Planos de Estabilidade e Crescimento que tenham sido aprovados durante esse ano o inevitável aconteceu.

A execução orçamental de 2010, os sucessivos desvios das contas públicas, as repetidas revisões do défice português, indicadores estes que mostraram um comportamento contrário ao desejável, levaram a que em 2011, Portugal, voltasse a recorrer à Ajuda Externa, mais de 20 anos passados desde a última vez que tal foi necessária.

Nesta conjuntura, nada mais há a fazer a não ser o necessário ajustamento da economia portuguesa e das contas públicas que, por um lado é condição *sine qua non* e por outro, obrigará a esforços individuais e colectivos extremamente difíceis, sobretudo nos estratos mais vulneráveis da população portuguesa.

A crise nacional, aliada à incerteza contínua dos mercados face à dívida soberana dos países da zona euro, mantém a economia europeia numa perspectiva negativa de crescimento que, lamentavelmente, tornará o percurso de reestruturação da economia e dívida portuguesa ainda mais difícil.

Neste contexto nacional e internacional, as administrações locais, não são alheias aos acontecimentos. São, em primeira mão, aquelas que conseguem auscultar os problemas individuais dos cidadãos. São, portanto, as primeiras a sentir as condições difíceis em que vivemos.

Aliás, é no contexto desse ajustamento económico e da dívida soberana que, as Autarquias Locais, mais têm sido penalizadas. Sucessivamente, nos últimos anos, têm sido confrontadas com cortes directos via orçamento, do qual resultam diminuições significativas das transferências do Orçamento de Estado para os Municípios e conseqüentemente, um impacto negativo na sua capacidade de intervenção junto dos munícipes

Segundo as projecções do Banco de Portugal, (BOLETIM ECONÓMICO, Outono 2011), a economia portuguesa deverá contrair acentuadamente em 2011 e mais ainda em 2012. Indicando ainda que, esta evolução será caracterizada por uma forte queda da procura interna, assim como pelo abrandamento das exportações ao longo do horizonte de projecção, traduzindo-se num ajustamento significativo dos desequilíbrios da economia portuguesa. Por outro lado, prevê-se ainda que o investimento privado seja condicionado pela elevada incerteza quanto à correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, pela deterioração das expectativas quanto ao dinamismo da economia e pela necessidade de ajustamento dos balanços das empresas face ao seu elevado nível de endividamento, num quadro de aumento das restrições de financiamento pelo sistema bancário.

Face às projecções emanadas por todas as instituições nacionais e perante o cenário macroeconómico português era de esperar que o Orçamento do Estado para 2012 fosse rigoroso, com fortes medidas de ajustamento e austeridade. Mais uma vez, toca também aos orçamentos municipais, a restrição e ajuste por via das transferências do Orçamento de Estado. Voltámos a valores idênticos a 2005, voltámos 7 anos atrás, tudo se torna mais difícil, mas é das dificuldades que podemos e devemos aprender.

Perante tais dificuldades mostramos, obviamente, a nossa preocupação mas não descuraremos a nossa capacidade para cumprir o princípio da gestão realista sem comprometer o futuro das nossas gerações pois a imagem de confiança e identidade que caracteriza o Município de Barrancos é decisiva para o desenvolvimento futuro.



1. ASPECTOS GERAIS

O orçamento e documentos previsionais para 2012 seguem, na sequência da situação económica geral do país, o princípio da contenção da despesa tal e como sucedeu nos anteriores orçamentos para 2010 e 2011.

Da análise de execução do orçamento de 2011, bem como das prioridades estabelecidas pelo presente executivo, resultou um orçamento que, em resumo, consagra as seguintes medidas:

No que respeita às Grandes Opções do Plano:

- i. Diminuição do montante global inscrito em PPI e AMR, face ao ano anterior em 439.754 euros, o que representa um decréscimo de 19%.
- ii. Diminuição nas funções gerais em 24%, nas sociais em 17%; nas funções económicas em 30% relativamente ao ano anterior.
- iii. Continuidade nas transferências de capital, por cumprimento dos protocolos estabelecidos com a IPSS – Lar Nossa Senhora da Conceição de Barrancos e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Barrancos, para as construções do Novo Lar e do Novo Quartel dos Bombeiros.
- iv. Manutenção nos apoios sociais, dos quais destacamos as bolsas de estudo no ensino superior, oferta de manuais escolares ao 1.º Ciclo, apoio nos transportes escolares, à natalidade, Banco de Ajudas Técnicas e Banco de Medicamentos, à formação e estágios e ainda outros apoios no âmbito de protocolos para acção social vigentes em anos anteriores.
- v. Nova candidatura do “Plano de Regeneração Urbana” que permitirá, de forma definitiva, melhorar as artérias urbanas, nomeadamente, nos acessos ao novo Lar e nos acessos na zona Lúdica do Baldio (Cineteatro, Parque de Feiras e Exposições, Piscinas e Estádio Municipal), entre outras intervenções dentro da malha urbana.
- vi. Plano anual de oferta cultural com a introdução de actividades no Cineteatro, na realização da ExpoBarrancos, continuar a oferta de actividades no Museu Municipal entre outras actividades a desenvolver ao longo de 2012.
- vii. Execução dos Projectos: Promoção e Valorização do Dialecto Barranquenho, financiado pelo PROVERE, medida 3.2.1 e realização da Mostra de Produtos Silvestres e Centro de Demonstração de Recursos Silvestres, financiadas pelo INAlentejo.
- viii. Continuar a Elaboração do Plano de Urbanização para o Município de Barrancos.
- ix. Conclusão da 1.ª Fase do Parque Empresarial, nomeadamente as zonas verdes e iniciar a elaboração dos projectos da 2.ª Fase, especialmente o do Centro de Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais, destinado a apoiar os investidores nas áreas da formação, consultoria, investigação e serviços comuns.

No que respeita ao Orçamento da Despesa:

- i. O orçamento da despesa para 2012 é de 4.718.248 euros distribuídos por 73,5% para as despesas correntes e 27,5% para as despesas de capital. Regista-se uma diminuição de verbas inscritas na despesa corrente de 22,4% e de 12,2% na despesa de capital se comparadas com o orçamento de 2011.
- ii. Decréscimo do orçamento da despesa de 20% face a 2011, sendo que em termos monetários, representa uma diminuição de 1.176.421 euros face ao ano anterior.
- iii. Os maiores cortes no orçamento da despesa, que variam entre os 81% e os 1,1%, verificam-se nas rubricas “outras despesas correntes” com 81%, seguida de “aquisição de bens e serviços” e “transferências correntes” com 32% e 30% respectivamente. As “transferências de capital” e “aquisição de bens de capital” sofrem um decréscimo face a 2011 em 18% e 13%, por esta ordem.
- iv. Quanto às remunerações certas e permanentes, o orçamento para 2012, com uma dotação de 1.519.127 euros, prevê uma diminuição de custos na ordem dos 348.480 euros face ao ano anterior, o que representa uma diminuição de 19% face a 2011.
- v. Ainda relativamente às despesas com pessoal, especialmente remunerações certas e permanentes, o presente orçamento conta com um decréscimo na globalidade das sub-



rubricas, e em especial nos Membros do Órgão Autárquico (-16%; 15.949 €)), pessoal contratado a termo (31%; 85.525 €), suplementos e prémios (-96%; 3.466 €) e subsídios de natal e férias (-85%; 184.337 €).

Quanto ao Orçamento da Receita:

- i. O orçamento da receita experimenta em 2012 um decréscimo em quase todas as rubricas presentes, verificando-se um valor global de 4.718.248 euros, dos quais 60% para a receitas correntes e 40% para as receitas de capital.
- ii. As receitas correntes previstas para o ano representam um decréscimo de 110 mil euros, enquanto que, nas receitas de capital a diminuição prevista é de aproximadamente 1.066 mil euros, num total de 1.176 mil euros a menos de receita global para 2012.
- iii. Para o mesmo ano, o Orçamento de Estado aprovado, prevê uma diminuição de 5% das transferências de Estado para o Município o que representa um valor a menos no orçamento municipal de 160.275 euros, situação esta, agravada ainda em 2011 com uma diminuição de 169.921 euros e em 2010, com a diminuição de 303.635 euros. No global, o Município de Barrancos, e ao longo dos últimos 3 anos, tem assistido a uma contínua diminuição das suas transferências directas do Orçamento de Estado em mais de 633 mil euros.
- iv. Nos termos do disposto no artigo 14º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro mantém-se a actual situação de não aplicação de derrama para o ano de 2012.
- v. Actualizar os valores das taxas e preços definidos no Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços (RTTP) de acordo com o estipulado no artigo 12º do referido regulamento, nomeadamente a indexação ao Índice de Preços no Consumidor - *IPC*, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e relativo aos doze meses anteriores disponíveis, antes da aprovação do presente orçamento que é de 3,4%.¹ (*média dos últimos 12 meses, Outubro de 2011*).
- vi. Os preços previstos nos n.º 1, 2, 3 e 4 do artigo 23.º da Tabela de Preços anexo do regulamento mencionado, continuarão a ser cobrados no valor actualizado conforme previsto no artigo 12º do RTTP e nas seguintes condições:
 - O preço actualizado para o n.º 1 do artigo 23º da Tabela de preços do RTTP será indexado a 50% do consumo de água, medido em m³, facturado no mês em questão.
 - Os preços actualizados para os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 23º da Tabela de preços do RTTP serão indexados a 100% do consumo de água, medido em m³, facturado no mês em questão.

No que respeita ao Endividamento e Capacidade de Endividamento Líquido:

- i. A capacidade de endividamento líquido para o Município de Barrancos no 3.º trimestre de 2011, passou, face ao período homólogo, de 1.387.025 euros para 1.743.476 euros, o que representou uma melhoria na ordem dos 26%.
- ii. A capacidade de endividamento de curto prazo é de 100%.
- iii. O endividamento líquido do Município de Barrancos diminuiu em 11% desde o 3.º trimestre de 2010, num valor de 408.050 euros.
- iv. A capacidade de endividamento para empréstimo de médio e longo prazo é agora de 1.808.795,70 euros a que corresponde a um aumento de cerca de 9% face ao 3.º trimestre de 2010.

¹ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.; Boletim Mensal de Estatística – Outubro de 2011; Índice de Preços no Consumidor – Variação média dos últimos 12 meses (pág.35)



2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP) englobam as Actividades mais Relevantes (AMR) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

Para o ano de 2012, as Grandes Opções do Plano englobam uma previsão de 1.828.902 euros, distribuídas por 783.321 euros para investimentos (PPI) e 1.045.581 euros para as Actividades mais Relevantes (AMR).

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um decréscimo nas duas componentes das GOP, sendo que a diminuição no PPI previsto é de 13% e de 24% nas AMR.

As Grandes Opções do Plano, diminuem globalmente em 19,38% face a 2011 e funcionalmente a maior diminuição apresenta-se nas Funções Económicas com um decréscimo de dotação prevista na ordem dos 29,89%, seguida das Funções Gerais em -24,02%.

Quadro 1 – Grandes Opções do Plano (PPI+AMR) ■ 2012

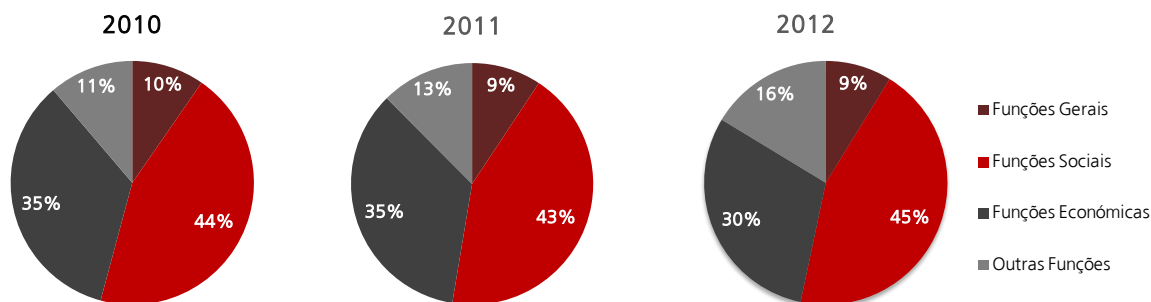
Código	Classificação Funcional	Grandes Opções do Plano 2012			Peso	Variação 2011/2012
		PPI	AMR	GOP		
1	Funções Gerais	75.727,00	84.587,00	160.314,00	8,8%	-24,0%
111	Administração Geral	75.727,00	3.971,00	79.698,00	4,4%	-25,4%
121	Protecção Civil	0,00	80.616,00	80.616,00	4,4%	-22,6%
2	Funções Sociais	334.349,00	480.431,00	814.780,00	44,6%	-17,1%
211	Ensino não Superior	1.750,00	750,00	2.500,00	0,1%	-65,3%
212	Serviços auxiliares de Ensino		20.950,00	20.950,00	1,1%	-47,0%
220	Saúde	3.000,00	24.250,00	27.250,00	1,5%	-6,4%
221	Serviços Individuais de Saúde		22.771,00	22.771,00	1,2%	-24,3%
230	Segurança e Acção Social	2.000,00	146.575,00	148.575,00	8,1%	-31,8%
240	Habituação e Serviços Colectivos	45.499,00	7.200,00	52.699,00	2,9%	-51,8%
242	Ordenamento do Território	149.725,00	98.000,00	247.725,00	13,5%	185,7%
243	Saneamento	10.000,00	0,00	10.000,00	0,5%	53,8%
244	Abastecimento de Água	8.000,00	14.500,00	22.500,00	1,2%	-42,3%
245	Resíduos Sólidos		42.565,00	42.565,00	2,3%	-11,9%
246	Protecção do Meio ambiente e Conservação da Natureza	5.000,00	0,00	5.000,00	0,3%	-41,2%
250	Serviços Culturais e Recreativos	103.025,00	1.100,00	104.125,00	5,7%	-52,2%
251	Cultura	250,00	88.580,00	88.830,00	4,9%	5,0%
252	Desporto, Recreio e Lazer	6.100,00	13.190,00	19.290,00	1,1%	-66,8%
3	Funções Económicas	373.245,00	182.347,00	555.592,00	30,4%	-29,9%
310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	1.945,00	120.347,00	122.292,00	6,7%	-51,2%
320	Indústria e Energia	234.500,00	54.000,00	288.500,00	15,8%	-16,0%
330	Transporte e Comunicações	36.200,00	8.000,00	44.200,00	2,4%	-11,2%
331	Transportes Rodoviários	22.000,00	0,00	22.000,00	1,2%	-69,0%
340	Comércio e Turismo	77.500,00	0,00	77.500,00	4,2%	7,7%
342	Turismo	1.100,00	0,00	1.100,00	0,1%	-81,0%
4	Outras Funções	0,00	298.216,00	298.216,00	16,3%	5,6%
420	Transferências entre Administrações		298.216,00	298.216,00	16,3%	6,3%
TOTAL		783.321,00	1.045.581,00	1.828.902,00	100,0%	-19,4%

No que se refere ao peso das funções nas GOP, o mesmo permanece quase inalterado no período de 2010 a 2012, continuando as Funções Sociais a ocupar a maior parte das despesas inscritas nos documentos com percentagens que variam entre os 44%, 43% e 45% em 2010, 2011 e 2012 respectivamente.

As funções económicas ocupam em 2012 um total de 30% das despesas no global das GOP, observando-se um decréscimo acentuado em valor absoluto face aos anos anteriores, e devido, sobretudo, à situação do País. Assim em 2012 as funções económicas prevêm um valor 555.592 euros face aos 792.480 euros de 2011 (*Gráfico n.º1*).



Gráfico 1 - Distribuição por ano e funções - Grandes Opções do Plano

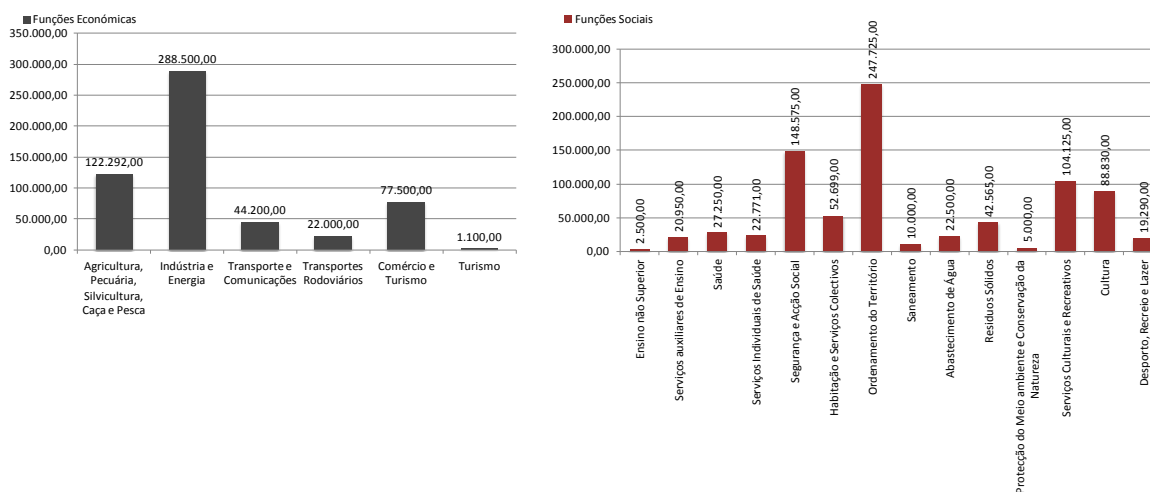


A distribuição da despesa prevista por funções nas Grandes Opções do Plano, variam em função das prioridades estabelecidas e atendendo à turbulência da situação económica que directamente afecta a todos os municípios.

Dentro das classificações funcionais com maior destaque, em termos relativos, destacam-se:

- i. O programa 230 – Segurança e Acção Social (8.1%) que inclui os apoios sociais mais relevantes, nomeadamente o Apoio à Família (PAF), o Banco de Medicamentos, e outras medidas e apoio à acção social, nomeadamente a continuidade do cumprimento do Protocolo com a IPSS – Lar Nossa Senhora da Conceição.
- ii. O programa 242 – Ordenamento do Território (13,5%) que, para além de contemplar o Plano de Urbanização de Barrancos e Planos de Pormenor, engloba ainda a candidatura ao INAlentejo, do Plano de Regeneração Urbana de Barrancos.
- iii. O programa 320 – Indústria e Transportes (15,8%) que prevê a conclusão da 1.ª fase do Parque Empresarial, nomeadamente a empreitada de zonas verdes e exteriores, bem como a elaboração de projectos técnicos de suporte à segunda fase (Equipamentos Colectivos).
- iv. O programa 420 – Transferência entre Administrações (16,3%) onde se encontram inscritas as verbas relativas a transferências entre o Município e as Associações de Municípios e outras entidades com projectos em parceria.

Gráfico 2 - Distribuição por funções - Grandes Opções do Plano





Quadro 2 – Variação nas Grandes Opções do Plano ■ 2010-2012

		<i>Valores em euros</i>					
Objectivo	Descrição	2010	variação	2011	variação	2012	peso
		Valor Definido	10/11	Valor Definido	11/12	Valor Definido	%
111	Administração Geral	126.900,00	-15,8%	106.900,00	-25,4%	79.698,00	4,4%
121	Protecção Civil	159.600,00	-34,8%	104.107,00	-22,6%	80.616,00	4,4%
1	Funções Gerais	286.500,00	-26,4%	211.007,00	-24,0%	160.314,00	8,8%
211	Ensino não Superior	5.500,00	30,9%	7.200,00	-65,3%	2.500,00	0,1%
212	Serviços auxiliares de Ensino	47.350,00	-16,5%	39.546,00	-47,0%	20.950,00	1,1%
220	Saúde	31.600,00	-7,9%	29.100,00	-6,4%	27.250,00	1,5%
221	Serviços Individuais de Saúde	23.616,00	27,5%	30.100,00	-24,3%	22.771,00	1,2%
230	Segurança e Acção Social	190.366,00	14,5%	217.975,00	-31,8%	148.575,00	8,1%
240	Habituação e Serviços Colectivos	89.350,00	22,3%	109.244,00	-51,8%	52.699,00	2,9%
242	Ordenamento do Território	254.370,00	-65,9%	86.700,00	185,7%	247.725,00	13,5%
243	Saneamento	10.000,00	-35,0%	6.500,00	53,8%	10.000,00	0,5%
244	Abastecimento de Água	27.000,00	44,4%	39.000,00	-42,3%	22.500,00	1,2%
245	Resíduos Sólidos	36.000,00	34,2%	48.300,00	-11,9%	42.565,00	2,3%
246	Protecção do Meio ambiente e Conservação da Natureza	8.500,00	0,0%	8.500,00	-41,2%	5.000,00	0,3%
250	Serviços Culturais e Recreativos	370.048,00	-41,1%	217.875,00	-52,2%	104.125,00	5,7%
251	Cultura	111.430,00	-24,1%	84.562,00	5,0%	88.830,00	4,9%
252	Desporto, Recreio e Lazer	120.472,00	-51,7%	58.190,00	-66,8%	19.290,00	1,1%
2	Funções Sociais	1.325.602,00	-25,9%	982.792,00	-17,1%	814.780,00	44,6%
310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	351.508,00	-28,7%	250.550,00	-51,2%	122.292,00	6,7%
320	Indústria e Energia	503.101,00	-31,7%	343.400,00	-16,0%	288.500,00	15,8%
330	Transporte e Comunicações	72.800,00	-31,6%	49.800,00	-11,2%	44.200,00	2,4%
331	Transportes Rodoviários	10.000,00	609,5%	70.950,00	-69,0%	22.000,00	1,2%
340	Comércio e Turismo	74.280,00	-3,1%	71.980,00	7,7%	77.500,00	4,2%
342	Turismo	18.171,00		5.800,00	-81,0%	1.100,00	0,1%
3	Funções Económicas	1.029.860,00	-23,0%	792.480,00	-29,9%	555.592,00	30,4%
420	Transferências entre Administrações	273.240,00	2,7%	280.601,00	6,3%	298.216,00	16,3%
430	Diversas não Especificadas	60.270,00	-97,1%	1.776,00	-100,0%	0,00	0,0%
4	Outras Funções	333.510,00	-15,3%	282.377,00	5,6%	298.216,00	16,3%
Total (1+2+3+4)		2.975.472,00	-24%	2.268.656,00	-19%	1.828.902,00	100%

As principais alterações descritas no quadro acima, nomeadamente a redução em 24% em 2011 e 19% em 2012 das GOP referem-se à concretização de investimentos realizados em anos anteriores em equipamentos colectivos e que contribuiram para a robustez da oferta municipal nas mais diversas áreas, nomeadamente na área cultural, desportiva e principalmente económica. Esses investimentos, que detiveram em anos anteriores enorme peso no PPI, deixaram de o ter, simplesmente pelo facto de as obras se encontrarem concluídas e pagas. Outros investimentos estarão previstos nos próximos anos, no entanto, o ano de 2012 apenas contará com aqueles investimentos que tiverem uma cobertura de co-financiamento, caso do Parque Empresarial, o Plano de Regeneração Urbana, nomeadamente as artérias de acesso ao Novo Lar e as de acesso à zona lúdica e desportiva do Baldio, entre outras.

Quadro 3 – Variação das Grandes Opções do Plano ■ 2010-2012

		<i>Valores em euros</i>					
Objectivo	Descrição	2010	variação	2011	variação	2012	peso
		Valor Definido	10/11	Valor Definido	11/12	Valor Definido	%
1	Funções Gerais	286.500,00	-26,4%	211.007,00	-24,0%	160.314,00	8,77%
2	Funções Sociais	1.325.602,00	-25,9%	982.792,00	-17,1%	814.780,00	44,55%
3	Funções Económicas	1.029.860,00	-23,0%	792.480,00	-29,9%	555.592,00	30,38%
4	Outras Funções	333.510,00	-15,3%	282.377,00	5,6%	298.216,00	16,31%
Totais		2.975.472,00	-24%	2.268.656,00	-19%	1.828.902,00	100%

As funções sociais experimentam um decréscimo na ordem dos 511 mil euros face a 2010 e 168 mil euros face a 2011. Por outro lado, as funções económicas experimentam também, uma redução maior, na ordem dos 447 mil euros face a 2010 e de 236 mil euros em relação a 2011.



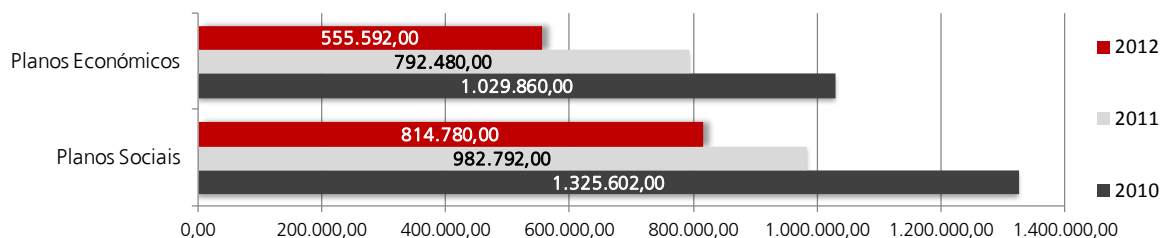
2.1 Programas de Intervenção Municipal (PIM)

Os Programas de Intervenção Municipal, adiante designados por PIM, constituem o conjunto de actividades, acções e projectos inscritos nos documentos previsionais para 2012, agrupados por área de intervenção.

Como acontece, em geral, em todo o orçamento de 2012, os planos de intervenção municipal, tanto económico como social, apresentam diminuições substanciais relativamente aos anos anteriores, nomeadamente 2010 e 2011 (*gráfico n.º 3*).

A estrutura da receita no que concerne às transferências directas do Estado aos municípios, diminuiu substancialmente em 2010 e mais expressivamente em 2011, por outro lado as limitações ao endividamento líquido dos municípios impostas pelos sucessivos PECs (Planos de Estabilidade e Crescimento), OE2011 (Orçamentos de Estado) e o último OE2012 têm como consequência, a diminuição da capacidade de investimento especialmente do Município de Barrancos, uma vez que este, continua a ser bastante dependente dessas receitas e das receitas produzidas com a aprovação de co-financiamento de projectos.

Gráfico 3 – Evolução Planos Social & Económico ■ 2010-2012



2.1.1. Programa Social

No que se refere ao conjunto de intervenções e projectos de âmbito social, o orçamento para 2012 prevê uma dotação de 815 mil euros aproximadamente. Este valor é substancialmente inferior ao de outros anos, nomeadamente ao ano de 2010 em que houve uma verba inscrita de algo mais de 1,3 milhões de euros. É de referir ainda, que os planos prevêem a inscrição de verbas para investimentos em empreitadas e a criação de novos equipamentos colectivos, sendo que, neste momento, a maioria desses equipamentos se encontram em funcionamento e apenas é necessário criar dotações de verbas para a sua manutenção e /ou melhoria. Outros investimentos constam dos planos apresentados, sendo o ano de 2012, reservado especialmente para a elaboração de projectos técnicos de futuros equipamentos colectivos, novos ou intervenções de melhoria e acondicionamento.

Quadro 4 – Plano Social – Programas de Intervenção Municipal ■ 2010-2012

valores em euros

Objectivo	Descrição	2010	var.	2011	var.	2012	Peso
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
21	PIM Educação	52.850,00	-11,5%	46.746,00	-49,8%	23.450,00	2,9%
22	PIM Saúde	55.216,00	7,2%	59.200,00	-15,5%	50.021,00	6,1%
23	PIM Acção Social	190.366,00	14,5%	217.975,00	-31,8%	148.575,00	18,2%
24	PIM Serviços Colectivos	425.220,00	-29,9%	298.244,00	27,6%	380.489,00	46,7%
25	PIM Serviços Culturais	601.950,00	-40,1%	360.627,00	-41,1%	212.245,00	26,0%
TOTAL - Plano Social		1.325.602,00	-25,9%	982.792,00	-17,1%	814.780,00	100,0%



2.1.1.1. Programa de Intervenção Municipal Educação

Apesar dos constrangimentos financeiros a Educação continuará a ser uma das prioridades municipais.

Desta forma, no âmbito do PIM para a educação, as acções são desenvolvidas pelas medidas de Qualificação Escolar e Profissional e de Requalificação do Parque Escolar.

No âmbito da medida Qualificação Escolar e Profissional, destinada a promover a valorização e qualificação pessoal e profissional da população em geral e dos jovens em especial, através das seguintes acções ou projectos:

- Terá continuidade o processo de revisão da Carta Educativa do Município de Barrancos;
- Continuará a ser dinamizado o Projecto Educativo Municipal (PEM), iniciado no ano lectivo 2008/2009;
- Será dinamizado, no âmbito do SASE, a 4ª edição do Programa Municipal de Oferta de Manuais Escolares, para todos os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico;
- Continuaremos a dinamizar a Componente de Apoio à Família (CAF), no âmbito do pré-escolar, nas modalidades de prolongamento de horários e alimentação;
- Continuaremos a dinamizar as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC - 1º ciclo), apesar de entender que estas actividades deveriam ser integradas no curriculum escolar;
- Terá continuidade o programa de Prémios de Mérito para os Melhores Alunos do Agrupamento de Escolas de Barrancos, sendo o prémio monetário substituído por material escolar;
- Continuará a ser assegurado o transporte escolar das crianças da educação pré-escolar e do ensino básico, através de viatura municipal;
- Terá continuidade o programa de Comparticipação nos Transportes Escolares do Ensino Secundário;
- Terá continuidade o programa de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, nos termos regulamentares;
- Continuará a ser dinamizado o curso de Alfabetização de Adultos e/ou de educação extra-escolar, com o objectivo duplo de combater o analfabetismo e de contribuir para o convívio inter-generacional;
- Será dinamizado o ATL Férias Escolares, em especial na Páscoa e no Verão, destinado às crianças do pré-escolar e do 1º ciclo, no âmbito do programa Escola a Tempo Inteiro;
- Continuará a ser garantida a integração dos jovens, nas actividades de Ocupação de Tempos Livres (OTL's), caso seja aprovado pelo IPJ;
- Serão dinamizados, em parceria com entidades formadoras, cursos de educação e formação de adultos (Cursos EFA), de dupla certificação escolar (6º, 9º e 12º anos) e profissional (Níveis II, III);
- Será reeditado o encontro/recepção à Comunidade Educativa do Agrupamento de Escolas de Barrancos;
- Continuaremos a apostar no projecto Eco-Escolas 2011/2012, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Barrancos;
- Continuaremos a valorizar e reforçar a capacidade de intervenção do Conselho Municipal de Educação;
- Manter-se-á a participação activa no Conselho Geral do AEB, assim como na Comissão Permanente;
- Implementação de pontos HotSpots ou wi-fi (também conhecido por WLAN – Wireless LAN ou Wireless Fidelity) nos equipamentos colectivos, no âmbito do Projecto SAMA.

No âmbito da medida de Requalificação do Parque Escolar, que desenvolve as prioridades de intervenção constantes da Carta Educativa, estão incluídas as seguintes acções ou projectos:

- Serão asseguradas as obras de manutenção e conservação do jardim-de-infância de Barrancos, incluindo o espaço exterior;



2.1.1.2. Programa de Intervenção Municipal Saúde

Na área da Saúde serão criadas as medidas de Qualificação dos Serviços de Saúde e de Promoção da Saúde.

No âmbito da Medida de Qualificação dos Serviços de Saúde:

- Será executado o protocolo de colaboração com a ARS do Alentejo, nos termos do qual se encontram reguladas as condições para a construção do novo centro de saúde, no edifício da ex-EB2, terminada em 2011;
- Continuará a ser assegurado o funcionamento do Gabinete da Mobilidade, nos termos do protocolo de colaboração celebrado com a ARS do Alentejo em 04/01/2008.

No domínio da Medida de Promoção da Saúde, continuará a ser assegurada a assistência médica de fim-de-semana, nos termos e nas condições estabelecidas no Protocolo com a AH-BVB, maximização da eficiência e equidade na prestação dos serviços de saúde.

Ainda, neste domínio estaremos em condições de:

- Continuar a desenvolver os contactos com a ARS Alentejo para que o novo Centro de Saúde de Barrancos, tenha em regime de permanência, pelo menos um médico de família, garantindo-se, desta forma, a assistência médica e de enfermagem até, pelo menos, até às 20 horas;
- Sensibilizar a ARS Alentejo e o Centro de Saúde para a necessidade de promoção de consultas materno-infantil (pediatria e planeamento familiar), com periodicidade quinzenal;
- Sensibilizar a ARS Alentejo e o Centro de Saúde para necessidade de dinamização de “cuidados de saúde e de enfermagem ao domicílio”, em especial para as pessoas idosas;
- Será mantida a comparticipação no receituário médico das pessoas carenciadas, nos termos do Banco do Medicamento, em parceria com a Associação de Reformados de Barrancos, nos termos regulamentares, que poderá ser revisto;
- Colaborar com a Liga Portuguesa Contra o Cancro e outras entidades congéneres no domínio da prevenção e do rastreio de doenças;
- Manutenção das ajudas no âmbito do Banco de Ajudas Técnicas;
- Serão realizadas, no âmbito do Serviço de Fisioterapia, acções de promoção da saúde, prevenção da doença e bem-estar físico (aulas de preparação para o parto, tratamento para a lombar, tratamento para os joelhos, etc.).

2.1.1.3. Programa de Intervenção Municipal Acção Social

Dada a fragilidade e a carência sócio-económica de parte da nossa comunidade, esta área continuará a ter um tratamento privilegiado.

- Será dada continuidade ao Programa de Apoio às Famílias (PAF – Barrancos) de incentivo à natalidade, que poderá ser revisto, de forma a garantir a equidade nas suas medidas.
- A DASC, através do serviço de Acção Social, com o apoio da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) e a Rede Social, continuarão a responder com a eficácia possível aos problemas sociais, garantindo a sua resolução ou atenuando as suas consequências;
- Será reforçada a necessidade de desenvolvimento do programa APOIAR +, no âmbito do qual será dinamizado o Atendimento Social Integrado, criando o “balcão único”, valorizando as parcerias e evitando a fragmentação de apoios e de respostas sociais, no qual estejam disponíveis os serviços técnicos especializados na área da acção social e emprego, entre outras;
- Poderá ser reforçado o Banco de Ajudas Técnicas, adquirindo mais equipamentos de apoio e ajuda a pessoas em situação de debilidade física por motivo de doença;
- Será mantido o Banco de Medicamentos, continuando a participar no receituário médico as pessoas idosas, de menores recursos económicos, sem prejuízo da revisão da regulamentação de apoio;
- Procederemos ao reforço da parceria no âmbito da Equipa de Intervenção Precoce (EIP), de Barrancos e Moura, colaborando na disponibilização das instalações, bem como na



disponibilização de recursos humanos essenciais ao funcionamento da equipa, ao apoio logístico e comparticipação financeira em aquisições pontuais de equipamentos, desde que julgados imprescindíveis, como já vem sendo assegurado desde 2006;

- Será reforçado o Serviço de Apoio à Saúde, disponibilizando os serviços de fisioterapia aos utentes idosos e à população em geral, através do Gabinete do Movimento;
- Será mantida a Oficina Domiciliária, garantindo a prestação de pequenos serviços domésticos aos idosos, nos termos do regulamento já aprovado em 2008;
- Será garantido o apoio técnico no âmbito do programa SOLARH (Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação da Habitação) que visa financiar, sob a forma de empréstimo, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação de imóveis degradados ou devolutos;
- Será reforçada a parceria de criação da Rede Local de Voluntariado, no âmbito da Rede Social;

Ainda, no domínio dos assuntos sociais, estaremos em condições de:

- Continuar a assegurar a coordenação das actividades da Rede Social e do CLAS;
- Colaborar com a CPCJ de Barrancos, assegurando o seu apoio técnico e logístico;
- Será efectuada a monitorização do Diagnóstico Social de Barrancos e actualização do PDS, bem como a elaboração e monitorização do Plano de Acção para 2011/12;
- Serão identificadas necessidades sociais não abrangidas por respostas tradicionais de acção social, que possam ser objecto de intervenção através de instrumentos oferecidos pelo mercado social de emprego;
- Continuarão a ser apoiadas as actividades do Centro Social e Cultural dos Trabalhadores da CMB;
- Será reforçado o apoio na integração socioprofissional dos beneficiários do RSI, em parceria com a Segurança Social e o IEFP;
- Serão promovidas e reforçadas as parcerias activas para o desenvolvimento de acções de combate à toxicoddependência e ao alcoolismo.

Finalmente, na área da acção social, infância e terceira idade, continuaremos a assegurar os compromissos assumidos no Protocolo de Dezembro 2007 e Adenda de Setembro de 2009, celebrado com a IPSS Lar Nossa Senhora da Conceição de Barrancos.

Ainda, neste domínio, serão asseguradas as obras de requalificação de acessos e arruamentos na zona do novo Lar de Idosos e Creche de Barrancos, em funcionamento desde 2011.

2.1.1.4. Programa de Intervenção Municipal Serviços Colectivos

Finalizado o processo de criação da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 2010 e que permitiu a execução da Parceria estabelecida conjuntamente entre este Município com a maioria dos Municípios do Baixo Alentejo, a Águas de Portugal, S.A., a AgdA, S.A. e o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional para Exploração e Gestão do Sistema Público em Parceria Integrada de Águas do Alentejo que inclui o abastecimento de água e o tratamento de águas residuais, estão reunidas as condições para o aumento da qualidade de vida das populações no que se refere ao acesso a esses recursos essenciais que se tem vindo a observar já, desde o ano 2011.

Neste Programa, prevê-se ainda e entre outras acções:

- Análise e viabilidade de aquisição ou recuperação dos prédios urbanos degradados ou devolutos, potencialmente susceptíveis de integração num Banco de Habitação destinada a arrendamento ou venda a jovens casais, nos termos a regulamentar.
- Candidatar novamente as obras de conservação dos prédios urbanos não destinados à habitação, pertencentes ao Município de Barrancos e/ou ocupados por outras entidades públicas, caso das instalações da Repartição de Finanças, Conservatória do Registo Civil e Cartório Notarial de Barrancos, Centro de Saúde de Barrancos, Instalações da Guarda Nacional Republicana, entre outros.
- Criar as condições necessárias para iniciar os procedimentos de criação da nova Casa Mortuária.



- Acompanhar os trabalhos da AMBAAL, no âmbito da implementação do Sistema de Informação Geográfico (SIG) no município, incorporando nova cartografia digital e actualizada, no âmbito da candidatura a aprovada em 2011 pelo INAlentejo.

No âmbito do Ordenamento do Território, pretende-se recandidatar o Plano Estratégico para a Regeneração Urbana de Barrancos que incluirá novamente as seguintes intervenções:

- Requalificação área de acesso à "Zona Lúdica", sendo que o princípio arquitectónico fundamental para a renovação urbana da envolvente dos equipamentos colectivos: Cineteatro, Parque de Feiras e Exposições, Piscinas Municipais, Estádio de Barrancos e Polidesportivo terá de ter em atenção o carácter do novo espaço lúdico da vila, considerando ainda que, estamos perante uma zona onde o investimento da Câmara nos últimos anos tem sido elevado e onde radicam praticamente todos os equipamentos colectivos lúdicos.
- Requalificação do Jardim e Parque Infantil com obras de reabilitação e aquisição de equipamentos para o Parque Infantil, compatíveis com as normas em vigor.
- Artérias Urbanas - Requalificação de ruas residenciais, tais como a: Rua N.ª Senhora da Conceição; Rua D.ª Maria das Dores Fialho Garcia; Rua Jerónimo Vasquez; Rua Noudar; Rua São João de Deus; Rua Dr. Higinio de Sousa; Rua do Cerro; Rua Dr. Leite de Vasconcelos; Rua de Santo António e Rua de Timor, nesta primeira fase.
- Infra-estruturas de águas e esgotos, telecomunicações e eléctricas.
- Planos de sinalização rodoviária, direcciona e informativa (turística), com a finalização de implementação do Plano aprovado.
- Infra-estrutura de Acesso à Internet em Equipamentos Públicos.
- Requalificação de Edifícios de Interesse.

Ainda neste domínio estão previstas as seguintes actividades internas:

- Conclusão do Plano de Urbanização (PU), determinado pelo n.º 14 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de Agosto – PROT – Alentejo, que tem elaboração obrigatória e terá de estar concluído até Fevereiro de 2012.
- Revisão do Plano Director (PDM), de acordo com o n.º 3 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e ainda pelo disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de Agosto e ainda pela necessidade de elaboração do Plano de Urbanização do aglomerado urbano da Vila de Barrancos, o qual não pode ser elaborado a partir de um PDM ultrapassado técnica e legalmente, sob pena de criar incompatibilidades ou erros grosseiros, que resultarão em posteriores processos de alteração por adaptação ou rectificação, com todos os encargos económicos, urbanísticos e sociais que a situação gerar. A citada revisão tem de ser iniciada no prazo de um ano após a publicação, de acordo com o n.º 3 da RCM n.º 53/2010, de 2 de Agosto.
- Elaboração do projecto de reformulação do Bar das Piscinas e do Bar do Cineteatro para que possam ser dotados de condições para funcionamento de restaurante.

No âmbito do Saneamento e Abastecimento de Água iremos:

- Continuar a implementar o Contrato de Parceria Pública Privada, assinado pelos diversos municípios pertencentes ao Baixo Alentejo, as Águas de Portugal, S.A., AgdA, S.A. e o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, no âmbito do abastecimento de água e saneamento (ETA e ETAR's) do Concelho de Barrancos que, resolveu de forma definitiva, o problema de abastecimento, qualidade da água e saneamento no concelho de Barrancos.
- Continuar a melhorar as infra-estruturas de esgotos no município.
- Controlo das águas destinadas a consumo público (análises).
- Controlo das águas das piscinas municipais.
- Levantamentos topográficos, estudos prévios e projectos de arquitectura e especialidades da rede de água e esgotos municipais.



No âmbito dos Resíduos Sólidos, continuamos a dar importância ao tratamento dos resíduos sólidos e ao mapa de resíduos no sentido de melhorar a qualidade de vida da população em parceria com a Resialentejo, acompanhando e participando em todos os projectos que se considerem benéficos, nesta matéria, para o Concelho.

No âmbito da Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, serão desenvolvidas as seguintes actividades:

- Iniciaremos as medidas e projectos candidatados no âmbito do INAlentejo, para dar continuidade ao projecto RecurSus – Centro de Demonstração e Sensibilização Ambiental;
- Continuar a apostar no protocolo celebrado entre a EDIA e a Câmara Municipal de Barrancos, cujo objectivo fundamental é a promoção das actividades turísticas e de conservação da natureza;
- Analisar as possibilidades e candidatura a fundos comunitários para o projecto de Requalificação Integrada para o Vale do Múrtega que inclui o Parque de Lazer da Volta do Torno.

2.1.1.5. Programa de Intervenção Municipal Serviços Culturais

No domínio deste PIM da Cultura, Desporto e Recreio, serão executadas as medidas de conservação e Requalificação dos Equipamentos Culturais e Desportivos, de Promoção da Cultura e do Movimento Associativo e de Promoção de Actividade Física, Desporto, Recreio e Lazer. Será ainda, dado início à elaboração dos projectos de arquitectura e especialidades para a criação de um Ginásio Municipal e a adaptação do actual Polidesportivo, num recinto multiusos com capacidade para albergar não só actividades e jogos desportivos, mas também de apoio à celebração de eventos a par com a ExpoBarrancos.

Uma das prioridades de intervenção com maior destaque é a de realizar as acções de protecção, valorização e reconhecimento do Dialecto Barranquenho, enquanto Património Cultural de Interesse Municipal.

No âmbito da medida da Promoção da Cultura e do Movimento Associativo, procederemos ao desenvolvimento das seguintes acções ou projectos:

- Na área da Cultura
 - Nesta área serão desenvolvidas as acções previstas no projecto “Preservação e Valorização do Dialecto Barranquenho”, aprovado pela Rota do Guadiana, no âmbito do PROVERE, e posteriormente, programar obras de alargamento do Museu Municipal. Serão ainda, tomadas as diligências, para a dinamização de uma conferência internacional sobre o dialecto barranquenho, que constituirá o início do estudo e de caracterização do nosso dialecto, já classificando como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal (nº 12/AM/2008, de 24 de Junho);
 - Procederemos à aquisição, ou edição e reedição de livros sobre o nosso património cultural material e imaterial
 - Será elaborado e desenvolvido o Plano de Acção Cultural de Barrancos, com especial destaque para a utilização do Cineteatro;
 - Continuaremos a desenvolver os trabalhos no terreno para elaboração da Carta Arqueológica do município de Barrancos (incluindo o levantamento de minas);
 - Tentaremos assegurar, pelo menos na área do desporto, uma acção no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo Local (PAMAL), implementado em 2008;
 - Terá continuidade a Escola Municipal de Dança, com a alteração do modelo de funcionamento;
 - Será dada continuidade ao programa Encontros do Museu;
 - Será mantida a parceria com o Agrupamento de Escolas de Barrancos (AEB), relativa ao modelo de gestão e de funcionamento da Biblioteca de Barrancos (BB);
 - Serão asseguradas as actividades de dinamização da BB;
 - Será assegurada mais uma edição da Feira anual do livro;
 - Será dinamizado o protocolo de colaboração no âmbito do Plano Nacional de Leitura;



- Serão asseguradas actividades de dinamização de acções e projectos culturais diversos no Posto de Turismo;
- Na área do Desporto, Recreio e Lazer
 - Continuaremos a dinamizar iniciativas desportivas e recreativas, algumas já com tradição, tais como os Jogos Desportivos do Município, a Escola de Natação, a Escola Municipal de Desporto, os Campeonatos e/ou Torneios de Futebol de 5-7, sendo no entanto suspenso, durante 2012, a atribuição de prémios monetários e a aquisição de qualquer taça e/ou troféu;
 - Será renovado o protocolo de colaboração com a AEB para utilização, pela comunidade em geral, do pavilhão gimnodesportivo Paulo Guerra, sendo suspenso para 2012, a actualização automática do mesmo;
 - Serão dinamizadas outras iniciativas ou actividades que tenham como finalidade a promoção do desporto em geral e da actividade física em especial;

2.1.2. Programa Económico

No que se refere ao conjunto de intervenções e projectos de âmbito económico, o orçamento para 2012 prevê uma dotação de 555.592 euros. Os valores inscritos, resultam de um conjunto de projectos iniciados em 2009 e que darão seguimento em 2012, nomeadamente a conclusão do Parque Empresarial de Barrancos, bem como a candidatura da 2.ª Fase que prevê a criação do Centro de Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais, entre outras acções relevantes para o desenvolvimento económico do Concelho.

No plano económico para 2012 houve uma redução de verba inscrita na ordem dos 23% e de 30% relativamente aos anos de 2010 e 2011, respectivamente, considerando que, uma parte desse investimento previsto, foi entretanto realizado, nomeadamente o Parque Empresarial (1.ª fase).

Quadro 5 – Plano Económico – Programas de Intervenção Municipal ■ 2010-2012

valores em euros

Objectivo	Descrição	2010	var.	2011	var.	2012	Peso
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
31	PIM Agricultura. Pec. Silv. Caça e Pesca	351.508,00	-28,7%	250.550,00	-51,2%	122.292,00	22,0%
32	PIM Indústria e Energia	503.101,00	-31,7%	343.400,00	-16,0%	288.500,00	51,9%
33	PIM Transportes e Comunicações	82.800,00	45,8%	120.750,00	-45,2%	66.200,00	11,9%
34	PIM Comércio e Turismo	92.451,00	-15,9%	77.780,00	1,1%	78.600,00	14,1%
TOTAL - Plano Económico		1.029.860,00	-23,0%	792.480,00	-29,9%	555.592,00	100,0%

Na Estratégia de Desenvolvimento concebida no Modelo Territorial de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico das Actividades Económicas do Concelho de Barrancos, continuam as acções com horizonte temporal de médio prazo, algumas entretanto já iniciadas e assentes em:

- Capacitação económica do território;
 - Construção e dinamização de infra-estruturas de localização empresarial;
 - Apoio à iniciativa empresarial;
 - Melhoria das acessibilidades e ligação intermunicipal
- Reforço da fileira do porco alentejano e do montado;
 - Consolidar o desenvolvimento da fileira do porco de raça alentejana;
 - Diversificar o aproveitamento económico do montado;
 - Dinamização institucional do sector agro-pecuário;



- Rentabilização dos recursos turísticos;
 - Aproveitamento e rentabilização turística da Vila Medieval de Noudar;
 - Recuperação de lugares e percursos com potencial turístico;
 - Melhoria da atractividade turística;
 - Reforço da oferta hoteleira.

- Desenvolvimento de actividades complementares;
 - Marketing territorial;
 - Aproveitamento económico dos xistos de Barrancos

Com a construção do Parque, o efectivo desenvolvimento económico, não passa apenas, pela criação das infra-estruturas, há que apostar no apoio aos investidores, aos empreendedores, aos detentores de boas ideias de projecto, à formação e qualificação do activo humano, na melhoria das acessibilidades, na promoção da zona como centro preferente da raia para a realização de eventos de importância e valor acrescentado para a economia local e muitas outras acções que devem acompanhar o esforço financeiro que a câmara irá efectuar com este projecto.

O presente orçamento, contempla também uma estratégia de parceira com outras entidades, no intuito de formalização de projectos comuns e em rede, para aproveitamento dos recursos financeiros oriundos da nova estratégia europeia consagrada nos co-financiamentos para os anos 2007-2013.

Estará previsto também no presente orçamento a recandidatura ao INAlentejo, para Plano Estratégico para a Regeneração Urbana de Barrancos, no sentido de continuar a dotar o concelho das infra-estruturas necessárias à sua atractividade turística e económica, contemplando ainda, a necessidade de introduzir melhorias na estrada que liga Barrancos a Espanha.

O Plano Económico, prevê investimentos divididos por Programas de Intervenção Municipais nomeadamente nas áreas de Agricultura, Pecuária, Silvicultura Caça e Pesca; Indústria e Energia; Transporte e Comunicações e Comércio e Turismo.

2.1.2.1. Programa de Intervenção Municipal Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca

Neste programa, e na continuidade do projecto orientado para a adopção de estratégia de sustentabilidade das explorações agro-florestais as acções previstas no programa contribuem nomeadamente para:

- Elaborar o Plano de Gestão e Estratégia do centro de demonstração de explorações agro-florestais num sistema de gestão sustentável.
- Acções de demonstração com agricultura biológica e uso dos recursos naturais.
- Contributo para os agricultores locais, na medida em que poderão fazer uso dos conhecimentos transferidos para o território, sobre gestão sustentável de explorações agro-florestais.

Foram criadas as condições para a implementação do Gabinete Técnico Florestal de Barrancos, Moura e Serpa em 2008, que funciona em Barrancos em coordenação com a Protecção Civil e a DOSU e dará seguimento, agora, com a Equipa de Sapadores Florestais, tal e como tem vindo a acontecer no último ano.

2.1.2.2. Programa de Intervenção Municipal Industria e Energia

No âmbito da área Indústria e Energia, continua a ser em 2012, o programa de maior importância, sobretudo porque é nele que se prevêem acções que contribuem para a atractividade do território local para a fixação de empresas e consequente aumento da oferta de emprego local, nomeadamente:



- Conclusão da candidatura 1.ª Fase do Parque empresarial que incluirá os espaços verdes e candidatura da 2.ª fase para a criação dos equipamentos colectivos e o Centro de Desenvolvimento de Iniciativas Empresarias.
- Continuação da Venda de lotes do parque empresarial, conforme estipulado no regulamento de venda de lotes aprovado em Assembleia Municipal em 2007.
- Analisar a possibilidade de longo ao ano de 2012, criar um fundo de apoio a pequenas iniciativas empresarias em parceria com entidades financeiras e outras entidades de suma importância no apoio a investidores e empresas, caso do IAPMEI, a ADRAL e/ou outras, conforme se considere conveniente para o município e as empresas.
- Consolidar o projecto de gabinete de apoio ao desenvolvimento (GAD). Gabinete este que prestará apoio em consultoria aos empresários, investidores e seus projectos e ideias de investimento, bem como formação e outros apoios em colaboração com o Instituto Politécnico de Beja, resultante do Protocolo assinado em Novembro de 2011 – “Protocolo de entendimento e colaboração para a criação da Rede de Fomento do Empreendedorismo do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral”
- Disponibilizar a página Web do PEB, dedicada em exclusivo ao apoio aos empresários e investidores, com a possibilidade de consulta sobre todo o projecto Parque Empresarial e informações pertinentes sobre apoios, financiamentos, acções de formação e outras matérias de interesse para o tecido empresarial.
- Estabelecimento de parcerias para definição de projectos futuros de enquadramento no fundos comunitários nos diferentes programas e iniciativas comunitárias existentes no pacote financeiro europeu 2007-2013 referentes à dinamização económica dos territórios.

2.1.2.3. Programa de Intervenção Municipal Transportes e Comunicações

Na área dos Transportes e Comunicações, prevêem-se entre outras iniciativas:

- A reabilitação de vias e caminhos municipais, nomeadamente os acessos a Barrancos e que são da competência da Câmara Municipal de Barrancos.
- Compra e colocação de sinalização turística.
- Projectar acções de reabilitação urbana em artérias degradadas no sentido de melhorar as condições actuais de acessibilidades dentro da vila e do perímetro urbano.
- Analisar a possibilidade de candidatar o 2.º Plano Estratégico para a Regeneração Urbana que contemplará a estrada (EN386) de ligação internacional que liga Barrancos a Encinasola (Espanha) e a requalificação das Ruas 1.º de Dezembro e Forças Armadas.

2.1.2.4. Programa de Intervenção Municipal Turismo e Comércio

Na área de Turismo e Comércio, estão previstas as seguintes acções:

- Análise de possíveis parcerias para o Projecto Valorização Turística de Noudar que contempla acções de Restauro e Recuperação no Castelo de Noudar, a promoção e conteúdos interpretativos, um plano de Marketing, obras de restauro e recuperação na capela do castelo de Noudar e obras de intervenção arqueológica.
- Numa lógica de complementaridade natureza/ambiente e património cultural, já objecto de identificação, continuaremos a promover a Marca “**Barrancos, Capital do Presunto**”, sob a qual serão divulgadas as potencialidades do município de Barrancos.
- Serão criadas as condições para a apresentação do Plano Estratégico de Turismo de Barrancos;
- Iniciaremos a criação de Percursos Turísticos Integrados, envolvendo na sua realização o Parque de Natureza de Noudar, bem como a dinamização do espaço do Castelo de Noudar.
- Participaremos nas feiras, certames e outros eventos nacionais ou estrangeiros, para divulgação da marca Barrancos TERRA ÚNICA e Barrancos CAPITAL DO PRESUNTO, desde que não haja implicações financeiras para o município.



- Será promovida mais uma edição da expoBARRANCOS (Feira dos Enchidos e do Presunto de Barrancos), no Parque de Feiras e Exposições.
- Serão dinamizadas, no âmbito do Posto de Turismo, iniciativas orientadas para a valorização e divulgação do artesanato, dos artistas plásticos locais, nacionais e estrangeiros.
- Continuaremos a desenvolver esforços para dinamização do Plano de Gestão da Herdade da Coitadinha.
- Serão apresentadas propostas de participação no Parque de Natureza de Noudar, que consideramos de interesse para o aproveitamento, valorização e divulgação do património natural de Barrancos.



3. ORÇAMENTO DA DESPESA

O orçamento da despesa para 2012 é de 4.718.248 euros distribuídos pela razão de 73,5% para as despesas correntes e 26,5% para as despesas de capital. Regista-se uma diminuição de verbas inscritas na despesa corrente de 22,4% e de 12,2% na despesa de capital se comparados com o orçamento de 2011.

Relativamente a anos anteriores, a diminuição registada no presente documento é de 30% face a 2010 e de 20% em relação a 2011. Já no ano passado registou-se uma diminuição global do orçamento face a 2010 na ordem dos 12%. Em termos monetários, o decréscimo dos valores inscritos em orçamento para 2012 significam uma diminuição de 1.176 mil euros aproximadamente face a 2011.

Quadro 6 – Orçamento da Despesa ■ 2010-2012

Valores em euros

Class.	Designação	2010	variação	2011	variação	2012	peso
01	Despesas com o pessoal	2.451.135,00	0,0%	2.450.967,00	-16,5%	2.046.336,00	43,4%
02	Aquisição de bens e serviços	1.104.637,00	15,4%	1.274.584,00	-32,0%	866.931,00	18,4%
03	Juros e outros encargos	106.527,00	-7,3%	98.800,00	14,0%	112.600,00	2,4%
04	Transferências correntes	655.431,00	-22,7%	506.750,00	-25,9%	375.299,00	8,0%
05	Subsídios	55.000,00	-54,5%	25.000,00	80,0%	45.000,00	1,0%
06	Outras despesas correntes	127.500,00	-9,9%	114.900,00	-81,1%	21.715,00	0,5%
	Despesas Correntes	4.500.230,00	-0,6%	4.471.001,00	-22,4%	3.467.881,00	73,5%
07	Aquisição de bens de capital	1.431.231,00	-37,4%	896.098,00	-12,6%	783.321,00	16,6%
08	Transferências de capital	405.613,00	-19,8%	325.350,00	-17,9%	267.046,00	5,7%
09	Activos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
10	Passivos financeiros	363.904,00	-44,4%	202.220,00	-1,1%	200.000,00	4,2%
11	Outras despesas de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
12	Operações extra-orçamentais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
	Despesas de Capital	2.200.748,00	-35,3%	1.423.668,00	-12,2%	1.250.367,00	26,5%
	TOTAL DO ORÇAMENTO DESPESA	6.700.978,00	-12,0%	5.894.669,00	-20,0%	4.718.248,00	

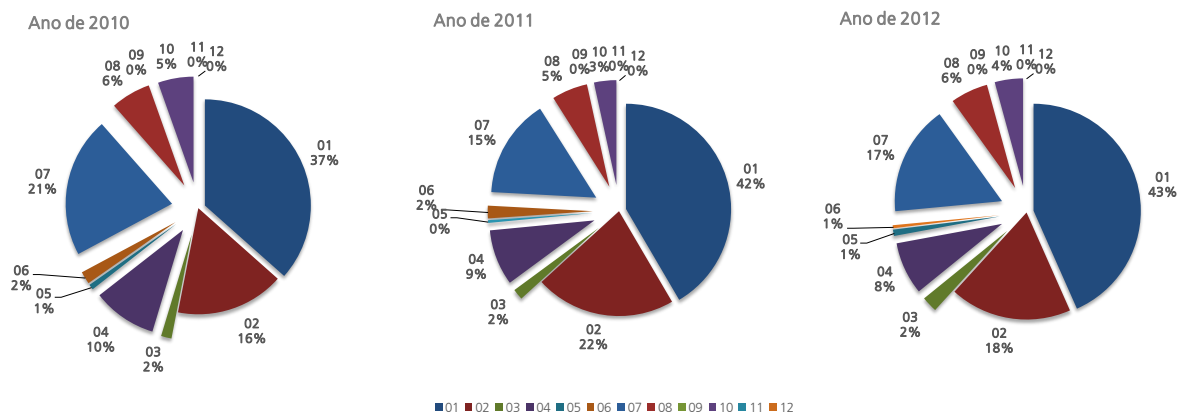
Comparativamente ao ano anterior, quase todas as rubricas com presença no orçamento da despesa sofrem uma diminuição de verbas inscritas, à excepção de “juros e outros encargos” que aumenta 14% e “Subsídios” com um aumento de 80%. Esta subida é explicada fundamentalmente com o custo do financiamento e juros de mora no que respeita à rubrica “juros e outros encargos” enquanto que, na rubrica “subsídios” está prevista uma maior dotação para apoio às famílias, quer no âmbito dos programas de apoios deste Município, quer pelo apoio à realização de estágios profissionais e Programas Ocupacionais.

Os maiores cortes no orçamento da despesa, que variam entre os 81% e os 1,1%, verificam-se nas rubricas “outras despesas correntes” com 81%, seguida de “aquisição de bens e serviços” e “transferências correntes” com 32% e 30% respectivamente. As “transferências de capital” e “aquisição de bens de capital” sofrem um decréscimo face a 2011 em 18% e 13%, por esta ordem.

As despesas correntes previstas para 2012 diminuem, face a 2011, em 1.003 mil euros. Esta tendência, observa-se também, nas despesas de capital com uma diminuição de, ainda que bastante inferior, de 173 mil euros, aproximadamente.



Gráfico 4 – Distribuição da Despesa por Ano ■ 2010-2012



As rubricas de maior peso, no âmbito das despesas correntes são as despesas com pessoal com 59%, seguida da aquisição de serviços com 25%. No conjunto, ambas rubricas consomem 84% da dotação inscrita nas despesas correntes do orçamento de 2012. Por outro lado, o peso das despesas com pessoal e de aquisição de bens e serviços, contribuem com 43,4% e 18,4% no total do orçamento da despesa, ou seja, representam cerca de 62% do consumo da despesa para 2012.

No que se refere às despesas de capital, verifica-se que a rubrica com maior representatividade no orçamento é a de aquisição de bens de capital (investimentos) com um peso de 16,6% face ao orçamento global e 63% no que respeita às despesas de capital previstas, seguida da rubrica transferências de capital que representam 5,7% do orçamento global e 21% das despesas de capital para 2012.

Relativamente às maiores oscilações no período compreendido entre 2010 e 2012, merecem destaque as rubricas de despesas com pessoal que passam de 36,6% a 43,4%, respectivamente face ao seu peso relativo no conjunto do orçamento da despesa.

Quanto às remunerações certas e permanentes, o orçamento para 2012, com uma dotação de 1.519.127 euros, prevê uma diminuição de custos na ordem dos 348.480 euros face ao ano anterior, o que representa uma diminuição de 19% face a 2011.

Ainda relativamente às despesas com pessoal, especialmente remunerações certas e permanentes, o presente orçamento conta com um decréscimo na globalidade das subrubricas, e em especial na de Membros dos Órgãos Autárquicos (-16%; 15.949 €), pessoal contratado a termo (-31%; 85.525 €), suplementos e prémios (-96%; 3.466 €) e subsídios de natal e férias (-85%; 184.337 €).

Está previsto ainda, o aumento da dotação na rubrica destinada a pagamento de indemnizações por cessação de funções, correspondentes aos contratos a termo, cujo término ocorrerá durante o ano de 2012.

Assim, ao nível das despesas com pessoal, prevê-se para 2012, um montante aproximado 2.046 mil euros, com uma redução nas remunerações na ordem dos 16,5% face ao ano anterior.



4. ORÇAMENTO DA RECEITA

O orçamento da receita para 2012 é de 4.718.248 euros distribuídos pela razão de 59,8% para as receitas correntes e 40,2% para as receitas de capital. Regista-se uma diminuição de verbas inscritas na receitas correntes de 3,7% e de 36% nas receitas de capital se comparados com o orçamento de 2011.

Relativamente a anos anteriores, a diminuição registada no presente documento é de 30% face a 2010 e de 20% em relação a 2011. Já no ano passado registou-se uma diminuição global do orçamento face a 2010 na ordem dos 12%. Em termos monetários, o decréscimo dos valores inscritos em orçamento para 2012 significam uma diminuição de 1.176 mil euros aproximadamente face ao ano anterior.

Quadro 7 – Orçamento da Receita ■ 2010-2012

<i>Valores em euros</i>							
Class.	Descrição	2010	variação	2011	variação	2012	peso
01	Impostos directos	124.403,00	-35,4%	80.350,00	-6,5%	75.100,00	1,6%
02	Impostos indirectos	3.177,00	-5,5%	3.003,00	-25,4%	2.240,00	0,0%
04	Taxas, multas e outras penalidades	13.858,00	92,3%	26.650,00	-34,3%	17.510,00	0,4%
05	Rendimentos da propriedade	74.300,00	1,1%	75.100,00	6,3%	79.821,00	1,7%
06	Transferências correntes	2.815.852,00	-11,2%	2.500.355,00	-9,7%	2.258.989,00	47,9%
07	Venda de bens e serviços correntes	165.624,00	31,9%	218.500,00	71,0%	373.550,00	7,9%
08	Outras receitas correntes	92.500,00	-69,7%	28.000,00	-45,7%	15.200,00	0,3%
Receitas Correntes		3.289.714,00	-10,9%	2.931.958,00	-3,7%	2.822.410,00	59,8%
09	Venda de bens de investimento	760.000,00	-32,7%	511.400,00	-26,6%	375.500,00	8,0%
10	Transferências de capital	2.454.264,00	-8,2%	2.254.211,00	-32,6%	1.518.380,00	32,2%
11	Activos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
12	Passivos financeiros	197.000,00	0,0%	197.000,00	-100,0%	0,00	0,0%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,0%	100,00	1858,0%	1.958,00	0,0%
16	Saldo da gerência anterior	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
17	Operações extra-orçamentais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Receitas de Capital		3.411.264,00	-13,1%	2.962.711,00	-36,0%	1.895.838,00	40,2%
TOTAL DO ORÇAMENTO RECEITA		6.700.978,00	-12,0%	5.894.669,00	-20,0%	4.718.248,00	100,0%

As receitas fiscais cobradas nos últimos anos continuam a ser pouco expressivas, quer no total das receitas correntes, quer no global das receitas. Em 2010, e dos dados da prestação de contas desse ano, as receitas fiscais representaram 2,23% das receitas globais cobradas. Face aos dados relativos ao ano 2011, essas receitas representam apenas 2,6 % das receitas globais cobradas até Novembro e portanto, contribuindo muito pouco para as receitas globais do município, que continua na dependência das transferências directas do Estado.

No respeito pela lei vigente sobre a dotação em orçamento no que se refere às receitas fiscais, determina que deve ser considerada a média da receita efectivamente cobrada de anos anteriores, pelo que, no orçamento para 2012, tais receitas continuam a ocupar um peso insignificante de 1,6% face às receitas globais.

Da análise do quadro 7, verifica-se que, com um montante aproximado de 4,7 milhões de euros aparecem as transferências correntes e de capital, que ocupam só por si, 80% do peso relativo face ao orçamento global da receita. Nestas rubricas, para além da inscrição das verbas por transferências do Orçamento de Estado, estão também, as transferências de co-financiamentos a receber dos projectos e operações aprovados nos QREN.

Tal como acontece no orçamento da despesa, também o da receita experimenta em 2012 um decréscimo em quase todas as rubricas presentes. Apenas os "rendimentos da propriedade" e "venda de bens e serviços correntes", apresentam um aumento em relação a 2011, na ordem dos 6,7% e 71%, respectivamente.

Por outro lado, as rubricas outras receitas correntes, transferências de capital, taxas, multas e outras penalidades, venda de bens de investimento e impostos directos, são aquelas que apresentam maior

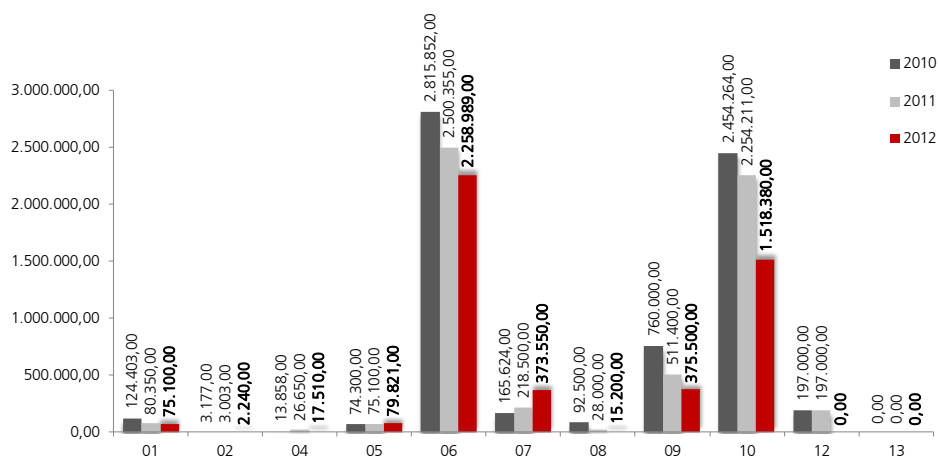


decrécimo relativamente ao ano anterior, em percentagens que variam entre 45,7%, 32,6%, 34,3%, 32,6% e 25,4% respectivamente.

As receitas correntes previstas para o ano representam um decréscimo de 109 mil euros, enquanto que, nas receitas de capital, a diminuição prevista é de aproximadamente 1.066 mil euros, num total de 1.176 mil euros a menos de receita global para 2012.

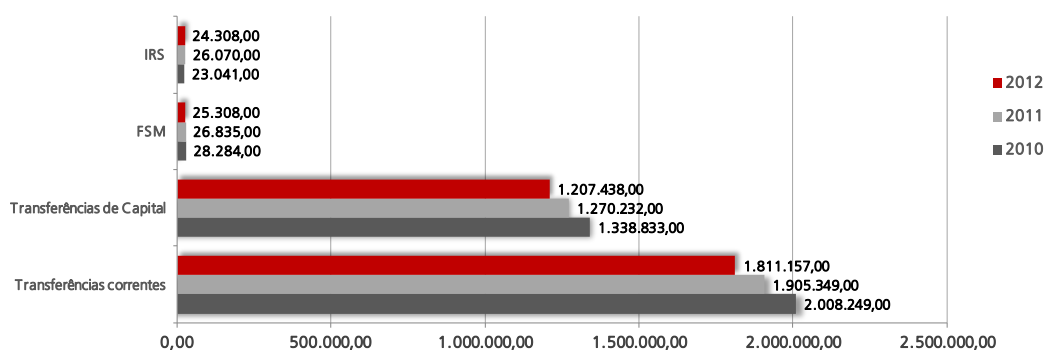
Tais diminuições estão justificadas, por um lado, pela diminuição de 160.275 euros nas transferências do Orçamento de Estado e por outro, pela diminuição das transferências por via de co-financiamentos aprovados nos projectos municipais, uma vez que, o grosso dessas verbas foi sendo recebido ao longo de 2010/2011.

Gráfico 5 – Distribuição da Receita ■ 2010-2012



A variação das transferências do OE para o Município de Barrancos, e após uma estagnação verificada nos anos 2006 e 2007, teve uma tendência de aumento nos anos subsequentes (2008 e 2009) no entanto, e devido à crise económica que afecta especialmente Portugal, em 2010 a diminuição das transferências observou um decréscimo de mais de 8%. Para 2012, vemo-nos outra vez, resignados a receber essas transferências, em montantes inferiores e quase idênticos aos recebidos há 6 anos atrás, ou seja em 2005.

Gráfico 6 – Evolução das Transferências do Estado para o Município de Barrancos ■ 2010-2012



Para 2012, o Orçamento de Estado aprovado prevê uma diminuição de 5% das transferências de Estado para o Município o que representa um valor a menos no orçamento municipal de 160.275 euros.



Quadro 8 – Transferências do OE para o Município de Barrancos ■ 2010-2012

Descrição	2010	var.	2011	var.	2012
Transferências correntes	2.008.249,00	-5,1%	1.905.349,00	-4,9%	1.811.157,00
Transferências de Capital	1.338.833,00	-5,1%	1.270.232,00	-4,9%	1.207.438,00
Fundo Social Municipal	28.284,00	-5,1%	26.835,00	-5,7%	25.308,00
IRS	23.041,00	13,1%	26.070,00	-6,8%	24.308,00
Transferências do OE	3.398.407,00	-5,0%	3.228.486,00	-5,0%	3.068.211,00
Peso das Transf. do OE no O.MB	51%		55%		65%

Valores em euros

Analisando o esforço deste município na diminuição do défice público nacional, verificamos que este Município, desde 2010, já contribuiu com 8,8% para o fim acima referido. O contributo em mais de 303.635,00 euros desta Câmara para a redução da despesa global Nacional teve, como não poderia deixar de ser, um impacto negativo na evolução da redução da dívida municipal. Ora, se o pretendido foi e continua a ser a redução do défice global nacional, ou por outras palavras a redução da despesa pública, a presente medida de diminuição das transferências provoca indissociavelmente um impacto contrário à da pretendida na esfera nacional. Entenda-se, a diminuição das transferências em cerca de 134 mil euros em 2010, deixou de criar a oportunidade da diminuição da dívida nesse mesmo valor e consequentemente a diminuição de mais 170 mil euros em 2011 e agora em 2012 em 160.275 euros, contribui também para a perda dessa mesma oportunidade.

Assim e considerando o princípio da restrição da despesa a que o Município de Barrancos é também obrigado, sendo por conseguinte restringida a possibilidade de realização de alguns investimentos, as transferências ora retiradas e/ou diminuídas, não contribuirão, de facto, para a diminuição da dívida municipal de curto prazo. Antes pelo contrário, esta Câmara realiza enormes esforços, no sentido de manter as políticas sociais em alturas de crise nacional, bem como os seus recursos humanos e, ainda consegue, dentro desse enorme esforço financeiro, diminuir a sua dívida global.

Ainda no âmbito do orçamento da receita e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, "Os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território".

A câmara Municipal de Barrancos, tem optado por resistir ao lançamento de derramas, cujo produto constitui uma fonte de financiamento de despesas de investimento.

No entanto, e considerando que, apesar da redução das receitas, nomeadamente das transferências de Estado, obrigam à tomada de decisões, especialmente sobre o lançamento de derrama, que se afigura indispensável ao cumprimento das metas da receita, mas que, ao mesmo tempo, vem a agravar a carga fiscal sobre as empresas, decidiu-se manter a actual situação de não aplicação de derrama por este município para o ano de 2012.

Em relação ao Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços (RTTP), aprovado em Assembleia Municipal de Barrancos, pela deliberação n.º 03/AM/2010, de 29/04/2010, sob proposta da Câmara Municipal de Barrancos, pela deliberação n.º 053/CM/2010, de 26/04/2010, aprovadas, ambas por unanimidade, procede-se agora à actualização dos valores das taxas e preços neles constante de acordo com o estipulado no artigo 12º do referido regulamento, nomeadamente o Índice de Preços no Consumidor - IPC, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e relativo aos doze meses anteriores disponíveis, antes da aprovação do presente orçamento que é de 3,4%.

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento de Taxas e Preços do Município de Barrancos os preços previstos nos n.º 1, 2, 3 e 4 do artigo 23.º da Tabela de Preços anexo do regulamento mencionado, continuarão a ser cobrados no valor actualizado conforme previsto no artigo 12º do RTTP e nas seguintes condições:

- O preço actualizado para o n.º 1 do artigo 23º da Tabela de preços do RTTP será indexado a 50% do consumo de água, medido em m³, facturado no mês em questão.
- Os preços actualizados para os n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 23º da Tabela de preços do RTTP serão indexados a 100% do consumo de água, medido em m³, facturado no mês em questão.





5. CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO À DATA DO 3.º TRIMESTRE DE 2011

DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO - 3.º Trimestre 2011

Conforme limites previstos na Lei de Finanças Locais

DESIGNAÇÃO	MONTANTE
1 Capital em Dívida de m/l prazo	2.456.701,12
2 Endividamento Líquido	3.381.627,38
3 Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	827.070,40
4 Capital em dívida de m/l prazo a considerar	1.629.630,72
5 Endividamento líquido a considerar	2.554.556,98
6 Total das Receitas para efeitos de limite de endividamento	3.438.426,42
LIMITES (Lei das Finanças Locais)	
7 Limite ao endividamento de m/l prazo	3.438.426,42
8 Limite ao endividamento líquido	4.298.033,03
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	
(A) Endividamento m/l prazo - margem de endividamento	1.808.795,70
(B) Endividamento líquido - margem de endividamento	1.743.476,05
VALORES DISPONÍVEIS	
9 Valor disponível para endividamento de curto prazo	343.842,64
10 Valor disponível para pedido de empréstimo m/l prazo	1.808.795,70
11 Valor disponível para endividamento líquido	1.743.476,05
VALORES RELATIVOS (%)	
12 Valor disponível para pedido de empréstimo curto prazo	100%
13 Valor disponível para pedido de empréstimo m/l prazo	53%
14 Valor de disponível para endividamento líquido	41%

Limites de Endividamento Líquido - OE.2011 (art. 53º)

15 Limite ao endividamento de m/l prazo	2.132.589,00 €
16 Limite ao endividamento líquido	2.887.958,00 €

Verificação dos limites face ao art.º 53º da Lei do OE.2011

(A) Endividamento m/l prazo - margem de endividamento:	502.958,28
(B) Endividamento líquido - margem de endividamento:	333.401,02



O Município de Barrancos, face à Lei das Finanças Locais, apresenta à data do 3.º trimestre de 2011, uma capacidade de endividamento de médio e longo prazo na ordem dos 53% (1.808.795,70 €) e de 41% (1.743.476,05 €) de endividamento líquido.

No entanto, os limites de endividamento de médio e longo prazo e líquido municipal ao abrigo do previsto no art.º 53.º do Orçamento do Estado para 2011 situaram-se, em termos de margem em 502.958,28 euros e 333.401,02 euros, respectivamente. Estes valores diminuem face aos previstos na Lei de Finanças Locais, uma vez que, a imposição do OE.2011, de endividamento líquido para os Municípios, determinou os seguintes limites para Barrancos:

- Limite de Endividamento de Médio e Longo Prazo: 2.132.589 euros
- Limite de Endividamento Líquido: 2.887.958 euros

Em qualquer dos casos e conforme demonstra o quadro acima, o Município de Barrancos, apresenta margem desses limites, sem ter, portanto, ultrapassado as imposições de endividamento emanadas pelo OE.2011 e menos ainda, pela Lei das Finanças Locais.

O endividamento apresentado no final do 3.º Trimestre de 2011, melhorou significativamente face ao período homólogo anterior, uma vez que as disponibilidades para endividamento, em todos os seus níveis, aumentaram significativamente. O valor disponível para endividamento líquido passou de 1.387.025 euros para 1.743.476 euros à data de 30 de Novembro de 2011 o que representou uma melhoria na ordem dos 26%.



© MUNICÍPIO DE BARRANCOS, 2011

Câmara Municipal de Barrancos

Praça do Município, 2

7230-030 BARRANCOS

■ Telef. +351 285 950 630 ■ Fax: +351 285 950 638 ■ email: geral@cm-barrancos.pt

www.cm-barrancos.pt